

## Relatório de atividades – 53ª RCR

Período - Setembro de 2017 a Março de 2018

### APRESENTAÇÃO

*“Assim como o mandamento ‘não matar’ põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer ‘não a uma economia da exclusão e da desigualdade social’. Esta economia mata.” (Papa Francisco)*

Os últimos anos não têm sido fáceis para a classe trabalhadora no mundo todo. Destruição de direitos, flexibilizações nas leis, sucateamento das empresas públicas e toda uma agenda político-econômica a serviço do capital em detrimento do bem estar coletivo resultam, em outras palavras, no empobrecimento dos pobres, enquanto os ricos seguem mais ricos.

É nesse cenário de intensas disputas que se insere as lutas da AFBNB. Defender um modelo de desenvolvimento que reduza as desigualdades regionais, que fortaleça as instituições e valorize os trabalhadores é comprar briga com os setores mais reacionários - dentro e fora do Banco. Por isso, é fundamental que o discurso e a prática da Associação repercutam e reverberem em cada canto do Banco do Nordeste, através da ação dos representantes, potencializando as ações da entidade e fortalecendo-a com o que há de mais importante a uma entidade de trabalhadores: o retorno/as sugestões/o sentimento da base.

O BNB não é o mesmo da década de 50, quando foi criado. As relações de trabalho são outras; os desafios também. E exigem de nós novas estratégias de luta, sem nunca esquecer um sentimento que é atemporal: uma sociedade justa.

Esse relatório, mais do que uma prestação de contas das ações, é um convite à mobilização.

Boa leitura!

***Gestão Unidade e Luta  
A AFBNB firme, com resistência e autonomia***

#### **Questões institucionais**

O intervalo entre a 52ª RCR e esta foi intenso. O segundo semestre de 2017 foi marcado por manifestações nacionais contra a reforma da previdência e os impactos da reforma trabalhista e pelo fortalecimento das instituições públicas. Do ponto de vista das questões institucionais, a AFBNB focou sua luta no enfrentamento/aperfeiçoamento de instrumentos legislativos (Projetos de lei, emendas, medidas provisórias etc) que afetam diretamente ou indiretamente o Nordeste e o BNB. Uma vez identificados, a Associação executa um trabalho de mobilização junto ao parlamento e a setores da sociedade, além de análise e produção de conteúdo técnico, a fim de subsidiar o enfrentamento e/ou aperfeiçoamento das propostas.

Abaixo, lembre as principais atividades da AFBNB no cumprimento de sua missão institucional de lutar pelo fim das desigualdades regionais e pelo fortalecimento do BNB enquanto instituição de desenvolvimento.

#### **Defesa do BNB**

Diante de matérias sobre um estudo da FGV o qual defendia a incorporação do BNB ao Banco do Brasil, a AFBNB, como procedeu outras vezes, manifestou-se publicamente contra mais esse balão de ensaio encomendado para justificar ou alimentar possíveis medidas tomadas pelo Governo Federal de enfraquecimento das estatais e ataque aos trabalhadores.

#### **Enfrentamento à MP 785/2017**

A MP 785/2017 – que incluiu recursos dos fundos constitucionais entre os financiadores do FIES – foi uma das principais pautas da Associação desde que a MP foi publicada, em julho de 2017 e demandou da AFBNB muita

articulação e mobilização em diferentes frentes, tendo como mote a inconstitucionalidade da Medida, por desviar a finalidade dos fundos constitucionais: documentos foram enviados a deputados e senadores com argumentos contrários à Medida; reuniões foram realizadas com deputados, senadores e assessores; o assunto foi discutido em diferentes fóruns e audiências; foram apresentadas sugestões de emendas propondo a retirada dos fundos constitucionais da MP (acatadas por parlamentares mas não aprovadas no texto final); representação protocolada junto à Procuradoria Geral da República e estudos de viabilidade, ainda em curso, para ingresso com Ação Direta de Inconstitucionalidade em nome da Associação.

### **MPV 812/2017**

A Medida Provisória – que altera a Lei nº 7.827/1989 que institui os Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO) -cria o Coeficiente do Desenvolvimento Regional, o que é positivo, mas deixa de considerar componentes relevantes para a superação das desigualdades: a valorização da região semiárida; a preferência dada aos mini e pequenos empreendedores (não rurais) da região, além de reduzir a taxa de administração dos bancos que operam os Fundos Constitucionais, o que consideramos de extremo dano.

Dessa forma, a AFBNB encaminhou a deputados e senadores 3 propostas de emendas que contribuem para o atual texto da MP 812 levando em consideração justamente os pontos citados acima. As emendas foram apresentadas por parlamentares e serão apreciadas na Comissão Mista.

### **Decreto 9188/2017**

Publicado na véspera do feriado de 2 de novembro, o Decreto determina a venda total ou parcial de ativos das empresas de economia mista (subsidiárias e/ou controladas) sem a necessidade de licitação. A medida, que atinge instituições como a Eletrobrás, Petrobras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia, por exemplo, significa na prática uma espécie de privatização camuflada. A AFBNB participou de movimentação em Brasília contra o Decreto 9188/2017, buscando a interlocução junto aos parlamentares.

### **PLP 76/2007**

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 76/07, que incluiu municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), também foi objeto de atenção da AFBNB, que realizou diversas ações visando alertar para os riscos dessa proposta, desde articulação com parlamentares da Bancada Nordestina à interlocução com a própria superintendência da Sudene e com as representações das confederações que integram o Conselho Deliberativo da Sudene - Confederação de trabalhadores da Indústria (CNTI), do Comércio (CNTC) e da Agricultura (CONTAG) – que resultou no encaminhamento conjunto de documento ao Ministério da Integração Nacional.

### **Participação ativa**

Em defesa do BNB, dos demais Bancos públicos e dos trabalhadores, a AFBNB participou – ora como autora ora como convidada – de audiências públicas, lançamento de frentes parlamentares e sessões especiais em casas legislativas na capital federal, estados e municípios, tratando da necessidade de fortalecimento dos bancos públicos e do não fechamento de agências. Foram audiências na Câmara, no Senado, nas Assembleias Legislativas do Ceará, Sergipe, Piauí; em São Luiz (MA), em Sobral (CE), em Juazeiro (BA), em Fortaleza. Participou ainda do lançamento do Movimento Resistência Por um Brasil Melhor (organizado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, em Brasília) e de reuniões da Frente Parlamentar Mista da Auditoria da Dívida com Participação Popular. Outros espaços dos quais a Associação participou foram as reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE (Condel) e da Bancada Nordestina no Congresso Federal.

### **Reconhecimento das lutas/Prêmio CLP**

A AFBNB foi uma das entidades agraciadas com o Prêmio Selo Participação Legislativa, concedida às instituições da sociedade civil que mais participaram e apresentaram proposições à Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal.

A Associação venceu na categoria “Maior número de sugestões apresentadas em 2016”, tendo apresentado quatro sugestões à CLP. Uma delas virou projeto de lei: a sugestão 86/2016 CLP, transformada no PL 7979/2017 - que dispõe sobre proteção legal aos dirigentes e representantes de associações de trabalhadores, propondo tratamento isonômico e análogo ao dispensado aos dirigentes ou representantes sindicais. Outras duas foram seminários já realizados.

**Novas Sugestões** – No final de 2017 e início de 2018 a AFBNB apresentou novas sugestões:

- SUG-119/2017 - Sugere a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a região do Semiárido e a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semiárido.

- SUG-120/2017 - Sugere a realização de audiência pública para debater sobre a expansão da área de atuação da Sudene e seus impactos no desenvolvimento nordestino.

- SUG-121/2017 - Sugere a realização de audiência pública para debater uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

- SUG-122/2017 - Sugere a realização de audiência pública para debater sobre a regionalização do orçamento público brasileiro e sua função de reduzir desigualdades inter-regionais.

- SUG-130/2017 - Sugere a realização de audiência pública para discutir a questão do desenvolvimento, considerando o recorte regional à luz das premissas preconizadas na publicação da AFBNB “Por um Nordeste Melhor”.

- SUG-131/2017 - Sugere a realização de audiência pública para debater sobre a taxa de juros dos Fundos Constitucionais, tendo em vista a nova Taxa de Longo Prazo - TLP e o Coeficiente de Desequilíbrio - CDR, previsto na Lei nº 13.340/2017.

Outra sugestão está sendo formatada. O objetivo será fazer uma ampla discussão sobre os 30 anos do FNE e sua contribuição para o desenvolvimento das áreas atendidas pelos recursos do Fundo Constitucional.

- Pela proposta que está sendo elaborada, o intuito é estender a discussão para os outros fundos constitucionais, além do FNE - FNO e FCO - haja vista a discussão proposta estar no contexto de uma política regional de desenvolvimento.

### **Defesa e valorização dos trabalhadores**

O que dá sentido à existência da AFBNB é a sua base. E não poderia ser diferente em se tratando de uma entidade representativa de trabalhadores. Está na sua essência a defesa pela garantia e ampliação de direitos de seus associados e da classe trabalhadora como um todo, direitos esses atacados diuturnamente no último ano pelo governo federal e o BNB não ficou de fora. Processos novos, como a reestruturação, somam-se a demandas bem antigas, mas que não perdem força com o tempo, ao contrário, continuam prejudicando o trabalhador do Banco, como a não solução para o plano BD da Capef e a falta de isonomia. Essas e outras pendências estão na pauta do dia da AFBNB. Apresentamos abaixo algumas das lutas no período de setembro de 2017 a março de 2018.

### **Reestruturação**

O processo de reestruturação de agências em curso Banco do Nordeste do Brasil (BNB) causou desgastes e preocupações entre os funcionários, desmobilização de agências, transferências, redução ou perda de função, na opinião da AFBNB causando instabilidade no próprio Banco.

Buscando reverter a medida ou ao menos minimizar seus efeitos, a Associação atuou em diversas frentes: participou de manifestações contra reestruturação no BNB realizadas em cidades como Feira de Santana/BA, Arapiraca/AL, Itabaiana/SE, Imperatriz/MA e Fortaleza/CE; reuniu-se com a direção do Banco e com as confederações de trabalhadores para tratar do assunto (Contec e Contraf) e encaminhou ofícios ao Banco (inicialmente pedindo a suspensão do processo; depois, dos atos administrativos – remoções e retirada de função – já ocorridos ou programados para ocorrer), tendo sido em parte atendida, com a ampliação do prazo de asseguramento das funções.

### **Campanha salarial**

Desde quando houve a divulgação do 23º Congresso dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (organizado pela Contraf), a AFBNB publicou mensagem na qual defendeu a necessidade da mobilização em torno das questões específicas. Em junho, a AFBNB participou dos congressos da Contraf e da Contec, ocasião em que pautou as demandas específicas dos trabalhadores do BNB. As mesmas foram encaminhadas para a coordenação da Confederação para serem incluídas na minuta de reivindicações a ser entregue ao Banco com vistas às negociações.

A AFBNB defende que, diante da conjuntura adversa à classe trabalhadora, em específico aos bancários, é necessário que as entidades de representação da categoria, que têm a prerrogativa de comando das mobilizações e negociações com os Bancos construam a unidade do movimento e estabeleçam um calendário de lutas, com fóruns, assembleias, atos, manifestações e outras formas democráticas de participação e decisão da base, no sentido de abrir as

negociações em torno das demandas específicas – que no caso do BNB se acumulam e geram prejuízos de toda ordem ao trabalhador.

### **Camed**

A AFBNB questionou na justiça o processo de recadastramento que a Camed vem fazendo desde outubro, junto aos associados. O motivo é que, ao se cadastrar, os participantes validam outro ato do qual não se tem conhecimento pleno do que se trata.

A ação judicial pede para sustar o recadastramento, bem como tornar sem efeito as adesões já realizadas, uma vez que as mesmas se deram sem o conhecimento pleno quanto aos reais propósitos da iniciativa. Vale lembrar que a AFBNB já havia acionado a Justiça em 2016 para suspender as alterações no Estatuto da Caixa Médica. A ação segue tramitando.

Ainda sobre a Camed, em dezembro de 2017 houve mais uma audiência – sem avanço - da ação contra aumento abusivo e retorno dos genitores ao plano natural, movida pela AFBNB em fevereiro de 2014.

### **Defesa**

Diante dos riscos da Resolução nº 23, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), publicada no Diário Oficial da União em janeiro de 2018 e que “estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados”, a AFBNB encaminhou ofício ao Banco e à Camed solicitando reunião para discutir o assunto, bem como vai buscar interlocução com as entidades representativas de outras instituições públicas, na perspectiva de iniciativas conjuntas que rechaçam a medida, inclusive jurídicas, se necessário.

### **Reuniões com o Banco**

Levar à direção do Banco demandas de sua base e cobrar solução para as mesmas – sejam elas questões pontuais sejam históricas – é uma atividade constante da AFBNB. De setembro até março foram realizados encontros com Superintendentes e diretores, além de duas com o presidente do BNB. As reuniões, juntamente com os ofícios enviados, são ferramentas importantes de pressão, documentação e cobrança junto ao BNB. Endividamento, descomissionamentos, situação das agências (instalações, tecnologia, pessoal, sistema), convocação dos concursados, valorização das funções técnicas (agentes de desenvolvimento e técnicos de campo, por exemplo), assédio moral, saúde e previdência são alguns dos temas abordados pela Associação, além dos assuntos institucionais.

Em janeiro, a AFBNB esteve reunida mais uma vez com o Presidente do Conselho de Administração do BNB, Ricardo Soriano de Alencar e com representantes do Banco. A Associação pautou as questões institucionais como o papel do BNB, a gestão e operacionalização do FNE, a reestruturação no BNB e a reintegração dos demitidos na Era Byron (1997-2003) e reafirmou pontos que já haviam sido apresentados anteriormente, que afetam os trabalhadores da instituição.

### **Presença na base**

A AFBNB esteve reunida com trabalhadores de agências do Ceará, Piauí, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe. Em muitas delas a situação de falta de pessoal e de estrutura adequada ao atendimento, assunto tratado pela AFBNB em reuniões com superintendentes, diretores e com o próprio presidente do BNB.

### **Reintegração dos demitidos**

Essa tem sido uma luta constante da AFBNB, por entender que se deu em um momento difícil no país e no Banco, tendo se caracterizado como uma injustiça e uma afronta à dignidade e ao direito dos trabalhadores. Ao longo de anos a Associação tem pautado o assunto em diversas frentes - parlamento, órgãos de governo, entidades sindicais e junto ao Banco - e tem buscado constantemente o reestabelecimento desse direito, inclusive apoiando iniciativas parlamentares com projetos de lei na Câmara e no Senado Federal, bem como também reforçando a ideia de que a reparação dessa injustiça pode ser feita por meio de acordo coletivo de trabalho, tal como já há registro a história do BNB, quando da demissão de trabalhadores durante o governo Collor.

Em setembro, a AFBNB se reuniu com trabalhadores demitidos no período, quando foram abordados aspectos estratégicos em torno da luta. Na oportunidade também foi feita a contextualização quanto a articulações políticas sobre a matéria, na perspectiva de resolução do problema por meio do Acordo Coletivo de Trabalho e regramento de relações de trabalho firmado entre o Banco e as entidades sindicais.

Em março, a AFBNB divulgou em seu site artigo sobre ao assunto, escrito por um dos trabalhadores demitidos, Sousa Júnior.

### **Valorização do trabalhador/PLR**

No início de janeiro a Associação encaminhou ofício à Presidência e diretorias do BNB solicitando o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao exercício 2017. Posteriormente, também por ofício, solicitou a divulgação da data e cálculo da PLR. Com a divulgação do balanço do Banco, em fevereiro, e o descompasso entre o lucro operacional e o lucro líquido – o que repercutiria negativamente no valor da PLR – a AFBNB divulgou nota cobrando o reconhecimento do Banco ao esforço e dedicação de seu corpo funcional e solicitou reunião para discutir o assunto. A reunião ocorreu no dia 12 de março. Além disso, a AFBNB encomendou ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS) um parecer técnico sobre os resultados financeiros do Banco, para dar suporte às ações da entidade.

### **Apoio cultural**

Atendendo a sugestões de associados, a AFBNB, em parceria com o BNB Clube, promoveu em 2017 o 1º Torneio AFBNB de Xadrez, com o objetivo de difundir e incentivar a prática de xadrez entre os trabalhadores do BNB e contribuir para a integração e troca de experiências entre os participantes.

### **Concorrência**

Em janeiro, a AFBNB encaminhou à Presidência e à Comissão de Ética do BNB ofício no qual cobrava a revogação de concorrência interna restritiva. No documento, a AFBNB reiterou que a referida política vai de encontro ao princípio de isonomia de tratamento, estando em desacordo com o Código de Conduta Ética do Banco e com a própria Constituição Federal em seu artigo 5º. O mesmo assunto já tinha sido abordado pela AFBNB em reunião com a diretoria do Banco e por meio da nota “Concorrência interna: Por isonomia de tratamento já!” e foi pauta de outro documento encaminhado à Diretoria de Administração do Banco, ambos também em janeiro.

### **Centrais**

Em janeiro, a Associação se reuniu com o Gerente do Ambiente de Administração das Centrais de Crédito, Antônio Pereira Neto, que à época respondia interinamente pela Superintendência da área. O objetivo foi dar continuidade à discussão acerca das demandas dos Técnicos de Campo, as quais integraram o relatório do 5º Encontro dos Técnicos de Campo, bem como demandas referentes a concorrências, promoções, remoções e outros elementos peculiares às atribuições das Centrais.

### **Convocação de concursados**

Essa é uma demanda constante da AFBNB junto a todas as instâncias, seja o Banco, governo, parlamento, em manifestações, em peças de lutas, em campanhas salariais, e em todas as frentes, já tendo havido em anos anteriores diversas ações, inclusive audiências públicas na Procuradoria Regional do Trabalho e na Assembleia Legislativa sobre terceirização/convocação. Em novembro de 2017, a AFBNB se reuniu com um grupo de aprovados no concurso de 2014 para nivelar sobre as iniciativas já realizadas e discutir estratégias visando a nomeação. Segundo os aprovados, há cerca de 700 pessoas esperando ser convocadas, e um déficit em torno de 200 pessoas em relação ao teto de funcionários que o BNB pode ter conforme determinação do governo federal. Em decorrência do desligamento pelo PID, o Banco convocou 15% do total de vagas resultantes do PID, um quantitativo irrisório pra demanda do banco e dos candidatos aprovados.

### **Novos funcionários**

AFBNB participou do curso de integração de novos funcionários no Passaré, em março deste ano, ocasião em que falou sobre a história da Associação e suas bandeiras de luta.

## **Endividamento**

Há tempos a AFBNB vem cobrando do Banco uma política que reduza de fato o alto índice de endividamento dos funcionários. Entre as medidas necessárias, a Associação aponta a revisão do Plano de Cargos. Enquanto isso não acontece, medidas paliativas são necessárias. Por isso, em outubro de 2017, a AFBNB encaminhou ofício ao Banco pedindo a suspensão de parcelas do CDC. Em resposta, o Banco por meio de ofício, informou que já teria adotado uma medida de repactuação de dívidas, como forma de solucionar o problema. Para a AFBNB, no entanto, o formato adotado não constitui alternativa e não contempla as preocupações. O assunto foi pautado novamente em dezembro, por ocasião da queda nas taxas de juro básico, como a Selic, e de iniciativas como a da Cooperforte, que reduziu naquele mês as taxas de juros de empréstimos e aumentou o limite de crédito. A AFBNB, então, solicitou a revisão da política praticada pelo Banco e das taxas de juros nos empréstimos aos funcionários da ativa e aposentados do BNB.

## **Dignidade Previdenciária**

Pauta permanente da AFBNB, nesse semestre, além de inúmeras manifestações contra a Reforma da Previdência, a Associação participou do Seminário “40 Anos da Legislação da Previdência Complementar”, a convite da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília. O tema também integrou o rol de pendências entregue ao Conselho de Administração e à presidência do BNB.

## **Eleição de representantes**

Em novembro de 2017, a AFBNB realizou eleição para representante de base. Foram eleitos **231**, fortalecendo as lutas da Associação.

## **Cartão alimentação**

A mudança da empresa do cartão alimentação dos funcionários do BNB sem justificativas motivou a AFBNB a questionar o Banco e cobrar transparência.

## **Defesa de direitos**

A AFBNB não mede esforços em defender os interesses de seus associados. Por isso, quando o assunto não pode ser resolvido pela via administrativa, recorre à Justiça. Foi isso que levou a AFBNB a ingressar, em outubro passado, com Ação Civil Pública Trabalhista (ACP) requerendo a incorporação de função para quem tem 10 anos ou mais de comissionamento. A ação tramita no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG com o número 0011574-85.2017.5.03.0011, já tendo havido primeira audiência, sem acordo entre as partes. A Justiça designou nova audiência de Instrução e Julgamento para o dia 28.11.2018, quando as testemunhas, indicadas pelas partes, serão ouvidas.

Em novembro de 2017, firmou parceria com o advogado Ribamar Capibaribe para intermediar ação de revisão de aposentadoria do INSS. Ainda em novembro, a justiça julgou procedente o pedido feito pela AFBNB na ação civil pública que cobra do Banco o cálculo das horas extras, incluindo a gratificação mensal recebida pelos funcionários. A ação tramita com o número 0011228-71.2016.5.03.0011. A ação foi ingressada em agosto de 2016 e ainda deve percorrer outras instâncias antes de transitar em julgado.

## **Mídia**

A ação da AFBNB em defesa do Banco repercute na imprensa. Seja em rádios, tvs ou mídias impressas ou eletrônicas, a Associação é uma fonte procurada, o que reforça o protagonismo quando o assunto é desenvolvimento regional. A participação nos programas “Sem Fronteira”, da rádio Juazeiro; “Democracia no Ar”, “Legislativo em Dia”, na TV Assembleia do Ceará; além de entrevistas e artigos publicados nos jornais O Estado e O Povo e no Blog do Eliomar (blog jornalístico cearense).

## **Lutas (greve geral, atos contra as reformas)**

A AFBNB participou ativamente dos atos, manifestações e greves gerais ocorridos no Brasil contra as reformas trabalhista e previdenciária, tendo inclusive disponibilizado material de apoio como artes para adesivos e cartazes. Foi assim no dia 14/9, 10/11 (Dia Nacional de Lutas), 19/2.